



Reflexões de profissionais sobre violência sexual contra crianças: escola como espaço de prevenção, denúncia e promoção de cuidado

Professional reflections on sexual violence against children: school as a space for prevention, denunciation and care promotion

Reflexiones profesionales sobre la violencia sexual contra los niños: la escuela como espacio de prevención, denuncia y promoción del cuidado

Marcilea Tomaz¹

Mestranda pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil

Rosalinda Carneiro de Oliveira Ritti²

Professora aposentada do C.A João XXIII, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil

Recebido em: 02/01/2020

Aceito em: 02/06/2020



10.34019/1984-5499.2020.v22.29342

Resumo

Considerando a violência sexual contra crianças como um tema de atual relevância, buscamos, neste texto, discutir a escola como um espaço de prevenção e denúncia desse tipo de violência, assim como de cuidado com as crianças vitimadas. Tais reflexões se dão a partir de relatos de três profissionais da área da educação atuantes nos ensinos infantil e/ou fundamental da rede pública e uma profissional da área jurídica específica para infância e juventude que vivenciaram alguma experiência com relação a esses casos. Aproximamo-nos das perspectivas pós-estruturalistas e dos estudos de relações de gênero e sexualidades inspirados no pensamento foucaultiano. Neste estudo, percebemos insegurança e despreparo dos/as profissionais da educação para atuarem nos casos em que se trata da violência sexual, assim como a ausência de espaços para o trabalho específico com questões de gênero e sexualidades nas escolas em que atuam.

Palavras-chave: Violência sexual. Criança. Educação.

Abstract

Considering sexual violence against children as a topic of current relevance, we seek to discuss the school as a space for the prevention and denunciation of this type of violence, as well as for the care of victimized children. The reflections are based on the reports of three professionals in the field of education working in early childhood education and/or elementary education, in the public system, as well as on the reports of a professional working in the specific legal area for children and youth, all of whom have had an experience in relation to these cases of violence. Inspired by Foucaultian thought, we approach the post-structuralist perspectives and studies of gender relations and sexualities. In this study, we perceive the insecurity and unpreparedness of education professionals to work in cases where sexual violence is concerned. It is also observed the absence of spaces for specific work with gender and sexuality issues in the schools in which they work.

¹ E-mail: marcilea.if@gmail.com

² E-mail: rosaritti@gmail.com

Keywords: Sexual violence. Child. Education.

Resumen

Considerando a violência sexual contra crianças como um tema de atual relevância, buscamos, neste texto, discutir a escola como um espaço de prevenção e denúncia desse tipo de violência, assim como de cuidado com as crianças vitimadas. Tais reflexões se dão a partir de relatos de três profissionais da área da educação atuantes nos ensinos infantil e/ou fundamental da rede pública e uma profissional da área jurídica específica para infância e juventude que vivenciaram alguma experiência com relação a esses casos. Aproximamo-nos das perspectivas pós-estruturalistas e dos estudos de relações de gênero e sexualidades inspirados no pensamento foucaultiano. Neste estudo, percebemos insegurança e despreparo dos/as profissionais da educação para atuarem nos casos em que se trata da violência sexual, assim como a ausência de espaços para o trabalho específico com questões de gênero e sexualidades nas escolas em que atuam.

Palabras clave: Violência sexual. Criança. Educação.

Introdução

Percebe-se, atualmente, um crescente número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Os diversos meios de comunicação noticiam com frequência esse tipo de violência que afeta crianças de várias idades, em situações diversas e com duração também diversa, ocorrendo desde uma única vez até repetidamente por períodos de meses ou mesmo anos. Como protagonistas dessa violência estão adultos, muitas vezes bastante próximos às crianças, como seus próprios familiares, vizinhos e pessoas consideradas amigas da família. Tais notícias podem ser confirmadas na interpretação dos relatórios oficiais divulgados por órgãos do governo federal (BRASIL, 2018; 2019).

A violência sexual, segundo Amorim (2012), se apresenta, em geral, pelo abuso e pela exploração sexual. O primeiro é caracterizado por aquelas situações em que uma criança ou adolescente é usado/a para gratificação sexual de uma pessoa adulta ou adolescente mais velho/a, envolvendo uma relação de poder. O uso da violência física não se faz presente na maioria dos casos e pode ocorrer ou não o contato físico. Já a exploração sexual de crianças e adolescentes se caracteriza pela obtenção de vantagem ou proveito, por pessoas ou redes, a partir do uso do corpo dessas crianças/adolescentes, com base numa relação mercantilizada e de poder. O pensamento de Michel Foucault (1995; 2006; 2009) é fundamental para compreender que o poder não deve ser entendido como uma posse ou como algo centralizado em um único ponto que nos governa. Em vez disso, ele deve ser considerado em qualquer relação. As relações de poder são “os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios” e “condições internas destas diferenciações” e se caracterizam em qualquer tipo de relação, como por exemplo, os “processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais” (FOUCAULT, 2006, p. 104). A violência e o consentimento seriam instrumentos no exercício do poder, não constituindo,

porém, a sua essência. “Nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e frequentemente os dois ao mesmo tempo” (FOUCAULT, 1995, p. 243). Considerar a violência sexual como inserida em uma relação de poder é entender que há um reconhecimento de posições: de um lado, alguém que exerce o poder; do outro, alguém que a ele, de alguma forma, se submete – ou resiste, pois, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2009, p. 241). Resta-nos pensar: uma criança poderia resistir a uma violência sexual? Em que circunstâncias? Com quais estratégias?

A violência sexual contra crianças não se caracteriza como uma novidade em nossos tempos, no entanto, Jane Felipe (2006) aponta que ela foi colocada em pauta apenas recentemente, na década de 1990. A partir desse marco, iniciaram-se discussões por parte da sociedade civil assim como propostas para políticas públicas, tendo como norte a Constituição Federal Brasileira (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), trazendo, dessa forma, visibilidade para o tema. Mesmo assim, a natureza desse tipo de violência dificulta o aparecimento de denúncias tendo em vista o grau de vulnerabilidade em que se encontram as vítimas e também a convivência de pessoas próximas que acabam poupando os violadores em função de parentesco ou amizade. Dessa forma, as estatísticas não dão conta de apresentar a realidade. Por esse motivo, também, torna-se bem difícil a tomada de medidas de proteção e o encaminhamento dos casos para as devidas apurações e responsabilização dos violadores (BBC Brasil, 2018).

De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apenas nos seis primeiros meses de 2019, o Disque 100 recebeu 42.585 denúncias de violações contra crianças e adolescentes. Desse total, 11.311 eram contra crianças de 0 a 3 anos. Entre essas 42,5 mil denúncias, 9.079 (21,32%) estavam relacionadas à violência sexual. Dentre as formas de violência sexual, as mais frequentes são o abuso sexual (7.277) e a exploração sexual (1.348 casos). Entram, também, na contagem violações como exploração sexual no turismo, *grooming* (aliciamento de crianças e adolescentes pela internet) e pornografia infantil. Os estados com mais denúncias foram São Paulo (9.783), Minas Gerais (5.114) e Rio de Janeiro (4.451) (BRASIL, 2019). No que se refere ao gênero das vítimas, do total de 5808 dos casos recebidos pelo Disque 100, 75,29% se apresentaram no feminino, 16,67% no masculino e 8,04% não informaram. No quesito cor/raça, 0,55% se declaram amarela, 29,08% branca, 0,52% indígena, 28,84% não informaram, 33,64% parda e 7,37% preta (BRASIL, 2019).

Diante desses dados, mesmo entendendo-os como provisórios e não tão fiéis à realidade –

pelas razões já apresentadas –, poderíamos indagar se os motivos para os elevados números não poderiam incluir a ausência de ações preventivas que trabalhem com informação, especialmente sobre o funcionamento do corpo, questões culturais de gênero e, em especial, as que dizem respeito aos padrões adotados de feminilidade e masculinidade. Desse modo, poderíamos tomar essas ações como uma possibilidade de viabilizar a construção de estratégias que favoreçam a resistência (FOUCAULT, 2006; 2009) e/ou escape da violência em parte dos casos em que ela tente se consolidar, diminuindo, assim, tanto as estatísticas quanto o sofrimento infantil. Nesse sentido, pensar o protagonismo da escola nesse processo torna-se de grande importância, tendo em vista seu papel tanto na informação quanto na formação de seus/suas estudantes. Como estará a escola no enfrentamento dessa violência? Oferece condições de problematizações? Tem propostas? Como trabalha?

Ao estudar a formação docente nos cursos de Pedagogia de três Universidades Federais mineiras (Juiz de Fora, Viçosa e São João del-Rei), Kelly da Silva (2015) aponta para a dificuldade ao redor das discussões aprofundadas e problematizadoras sobre relações de gênero e sexualidades nesses cursos. Destaca fatores como disputa de diversos temas/disciplinas por espaço na formação curricular, dificuldades relacionadas à estrutura e à cultura das universidades que inviabilizam a implementação dessas discussões e conflitos entre discutir o tema em disciplina específica ou como conteúdo transversal. A autora ainda observa que, nesse espaço de formação de profissionais da educação, a discussão tende a ser realizada por docentes que assumem pessoal e politicamente o trabalho com essas temáticas. A ausência desses/as docentes, portanto, implica na carência das discussões. Ainda nesse sentido, Castro (2012, p. 59) chama a “atenção para o fato de que, historicamente, a discussão sobre gênero e sexualidade tem sido silenciada, ou negada, nas escolas e nos cursos de formação docente, seja nas universidades ou nas secretarias de educação”. Pelo exposto, podemos inferir pela fragilidade que envolve essa temática na formação desses/as profissionais que, mais tarde, estarão nas escolas com as crianças.

Pensando as escolas, Déborah Britzman (2000) contribui com reflexões acerca da abordagem realizada em temáticas de sexualidade no ambiente escolar e nos provoca a pensar no que, por muitas vezes, pode se tornar uma aula de Educação Sexual. A autoridade do/a professor/a, a formatação de aulas muito conceituais, a formulação do que é certo e o que é errado ou mesmo a vinculação a meios de avaliação podem criar muitas limitações.

A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fatos sejam mais importantes do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos

autoritários impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões da sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas ou erradas (BRITZMAN, 2000, p. 85-86).

Dessa forma, pode-se pensar que, mesmo havendo aulas que abordem sexualidade, a forma de realização destas nem sempre possibilita alcançar meios e possibilidades de um maior cuidado com relação à vida sexual e afetiva dos sujeitos, limitando-se a ditar concepções normativas e enquadrar esses mesmos sujeitos a essas normas. Assim, tornam-se necessárias novas formas de abordagens, tais como: o uso de testemunhos, uso do teatro, da literatura, de discussões por meio de mesa-redonda. Esses meios se mostram mais eficazes na tarefa de formar os/as estudantes no sentido de perceberem a importância do conhecimento para suas próprias vidas e para o cuidado de si (BRITZMAN, 2000). Isso exige muito esforço da escola e dos docentes que se enveredem por essas temáticas. Será que se pode dizer que estamos trabalhando nesse sentido? Como estão nossas escolas no trato dessas questões? Estariam nossos/as docentes preparados/as para esse trabalho?

O presente trabalho surge das inquietações diante do elevado número de casos de violência sexual contra crianças percebido em meio à experiência profissional de uma das autoras como assistente social em um Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil. Esses casos eram acompanhados sempre em conjunto com outros órgãos como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e escolas da rede municipal, estadual e particulares do município de Juiz de Fora (MG). Nesse cenário, as escolas se destacavam como meios de promoção de cuidado, mas, ainda assim, lacunas se apresentavam ao pensar sua relevância nesse processo. Estariam as escolas promovendo espaços de reflexão que orientassem as crianças para o cuidado? Estariam se abrindo para ouvir as crianças e perceber casos de possíveis violências? Qual seria o nível de confiança de crianças e familiares para buscarem a ajuda das escolas nesses casos? Essas inquietações motivaram a busca de maior aprofundamento no tema, o que pôde ser realizado com as discussões propostas em uma pós-graduação em relações de gênero e sexualidades.

Nesse sentido, este artigo buscou analisar processos de prevenção, denúncia e promoção de cuidados no ambiente escolar em casos que envolvem a violência sexual contra crianças de 0 a 12 anos, incompletos.

As análises se deram a partir de relatos de três profissionais da área da educação, atuantes nos ensinos infantil e/ou fundamental da rede pública, e uma profissional da área jurídica específica para infância e juventude que vivenciaram alguma experiência com relação a esses casos. Essas pessoas

foram escolhidas a partir de uma rede de relações que as reconheciam como possíveis sujeitos da pesquisa em função de suas experiências profissionais. Contactadas previamente, concordaram com os termos da pesquisa e assinaram, junto com as pesquisadoras, o termo de compromisso livre e esclarecido (TCLE). Seus relatos foram feitos por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada, encaminhado e respondido via *e-mail*, conforme opção dos/as mesmos/as. Apenas uma entrevistada – a do campo jurídico – optou por responder às questões presencialmente. Em todas as situações, as respostas foram discursivas, ficando o/a profissional livre para discorrer sobre o que julgasse necessário com relação às questões apresentadas, trazendo suas experiências e dando-lhes sentido por meio da própria narrativa. Dentre tais questões estão: cargo e tempo de atuação na instituição em que trabalha; idade das crianças com as quais tem contato no referido ambiente; se vivenciou, ouviu, percebeu comportamentos/relatos de algum caso de violência sexual; encaminhamento dado pelo/a profissional e/ou pela escola; os cuidados que a escola dispensou à(s) vítima(s) após a violência ocorrida; se a escola tem algum programa/projeto que aborda questões sobre sexualidade com as crianças e, em caso afirmativo, como funciona; se considera a escola como um possível espaço de ajuda na prevenção e denúncia da violência sexual, assim como no cuidado com a criança que já tenha sido violentada, se sim, como isso deveria acontecer. Além dos relatos, a investigação contou com uma pesquisa bibliográfica em textos *online* e impressos que abordam os temas propostos. Também foram utilizadas publicações produzidas pela mídia e documentos oficiais.

O recorte de idade (0 a 12 anos) se deu em função do pouco espaço e tempo para abarcar também a violência contra os/as adolescentes, o que implicaria a participação de profissionais que atuam em outro segmento de ensino e que poderiam trazer outras variáveis e necessidades de análise específicas. Além disso, a própria legislação estabelece diferenças significativas no trato dessas questões quando se trata da infância e da adolescência (a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código Penal).

O objetivo deste estudo é construir uma possível compreensão do protagonismo da escola nesses processos em que se dá a violência sexual contra crianças, a fim de contribuir nas discussões acerca desse tema, que se apresenta como pertinente e atual. Optou-se por análises no âmbito das pesquisas qualitativas, por compreender que estas se aplicam ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos. Assim, as pesquisas qualitativas respondem a questões muito particulares, sendo realizadas a um nível que não pode ser

quantificado (MINAYO, 2008). As análises inspiram-se, ainda, nas perspectivas pós-estruturalistas e nos estudos das relações de gênero e sexualidades inspirados no pensamento foucaultiano. Com isso, entendemos gêneros e sexualidades como constructos sociais, produzidos na linguagem que constrói formas específicas de ser homem e mulher, normalizando condutas e modos de exercício das sexualidades (LOURO, 2011). Tais perspectivas não se ocupam em construir verdades generalizadas, mas pensam localmente, construindo algumas respostas contextuais e provisórias que abrem diálogo para novas possibilidades de se pensar uma mesma realidade.

Para garantir a privacidade e proteger a identidade dos/as profissionais, serão utilizados nomes fictícios definidos pelas autoras. Da mesma forma, as instituições em que trabalham terão seus nomes resguardados, garantindo-se, por meio do anonimato, a preservação da identidade de quaisquer crianças cujos casos são relatados.

Atuação das escolas nos casos de violência sexual contra a criança: as vozes das/os profissionais

Neste momento, apresentaremos os relatos dos/as profissionais em diálogo com o referencial teórico assumido para a pesquisa, focando na atuação das escolas nos casos de violência sexual. Das quatro pessoas entrevistadas, todas tiveram algum tipo de experiência com casos de violências sexuais contra crianças. A primeira, de nome Aline, atua há mais de dez anos como assistente social no judiciário em casos que não foram solucionados pela escola e nem pelo Conselho Tutelar. Lembramos que esta foi a única profissional que respondeu à entrevista oralmente, as/os demais responderam por escrito. A profissional Marcela atua como professora regente em uma escola há mais de seis anos, com crianças entre 8 e 9 anos, lecionando todas as disciplinas. A profissional Zilda atua na escola há 26 anos, atualmente como vice-diretora, e trabalha com crianças de 4 a 10 anos. O último entrevistado, Carlos, é professor na escola há 19 anos, leciona a disciplina de História, trabalha com crianças de 4 a 14 anos ou mais e as experiências relatadas por ele se referem ao período em que atuou como diretor escolar.

Abaixo, para iniciarmos nossas análises, são apresentados alguns relatos de experiências em que foram detectados casos de violência sexual contra crianças.

Um último mais recente... uma criança que começou a sofrer abuso sexual do pai. [...] O pai começou a abusar da menina por volta dos 4 anos de idade, ele... todos os dias à noite ele buscava ela no quarto e levava para a cozinha, e aí ele cometia o abuso; e nos parece que quando chegou a denúncia, aqui, a criança já tinha 11 anos, então [o abuso] foi durante todo esse tempo. E a criança conseguiu ajuda, pois ela contou para uma coleguinha. [...] A coleguinha contou para a mãe e a mãe da coleguinha procurou a mãe dela. [...] A criança foi retirada e acabou ficando na

companhia da mãe dessa coleguinha. [...]. Nesse caso para mim, a escola não apareceu. Apareceu a intervenção do Conselho, dessa vizinha, da Delegacia de Mulheres. Mas da escola, nada. A escola aparece indiretamente através da coleguinha. A criança encontrou um ponto de apoio na coleguinha, porque a escola não está favorecendo essa confiança (Aline).

Ao final do ano de 2018, sendo professora dessa aluna pelo segundo ano consecutivo, recebi o relato de sua mãe, que chorava, dizendo que a filha havia sido “abusada”. Eu fiquei assustada e não disse nada específico, apenas tentei confortá-la e colocar-me à disposição (Marcela).

Já vivenciei casos de mães que vieram dividir com a escola ocorrências de abusos sofridos por suas filhas. Um desses casos aconteceu em uma reunião sobre uma situação específica que nada tinha a ver com relação à sexualidade. Uma mãe desabafou com a escola e disse que tinha muita preocupação com a filha, que queria o melhor para ela e que se preocupava porque a filha havia sido abusada pelo padrasto. Essa mãe não conseguia verbalizar até que ponto chegou este abuso, apenas insistia que tomou atitude, que tinha muito medo do companheiro, mas que diante do abuso em relação à filha, não hesitou em colocá-lo para fora de casa, agredindo-o. A criança também não ficava à vontade para falar claramente (Zilda).

Entre os anos de 2006 e 2011, enquanto estive na direção da escola [...]. Um dia uma professora do primeiro ano me procurou para conversar, pois estava suspeitando de que uma aluna da turma poderia estar sofrendo algum tipo de violência. Segundo a professora, ao passar pelas carteiras orientando as crianças, viu um caroço no pescoço de uma delas e se aproximou para ver de perto. Quando ela se aproximou, a menina levou um susto tão grande que quase caiu da cadeira. Devido ao susto da menina, a professora também ficou bastante assustada e, desconfiada de possível violência, passou-me o caso (Carlos).

Esses casos relatam situações de meninas que sofreram abuso sexual. Em dois deles, está dito que os abusadores são homens inseridos em seu ambiente familiar e que a violência sexual já ocorria há um tempo, no entanto, só veio a ser verbalizada com o passar do tempo. No primeiro caso, a criança buscou uma colega em quem confiasse para relatar a violência. Nele, a escola aparece não como primeira instância, mas indiretamente, por meio da colega. Outro dado importante é o fato de as mães procurarem a escola para falar sobre a violência sofrida pelas filhas, o que podemos ver no segundo e terceiro casos. Com base nos relatos, notamos que as mães chegam receosas na escola, mostram desconforto. Seria por medo de serem cobradas quanto ao cuidado com as filhas? Ou por se sentirem, elas mesmas, culpadas? Frequentemente, em nossa sociedade, há uma responsabilização das mães pelo cuidado com suas crianças, isentando outras pessoas de fazê-lo. Faria e Nobre (1997) afirmam que, com a consolidação do capitalismo, cristaliza-se a divisão entre as esferas pública e privada e que esta última é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado; enquanto a esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito. Prescreve-se, então, às mulheres, a maternidade e os cuidados que dela derivam com relação à preservação da casa e dos filhos bem como a tarefa de guardiã do afeto e da moral da família. Tais

prescrições, podemos dizer, criam discursos que dizem da mulher, de seu lugar e da maternidade. Foucault apresenta os discursos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (2008, p. 55). Eles criam nossas verdades e nos produzem por meio delas. O discurso da mãe cuidadora, responsável pela criação dos/as filhos/as, acaba produzindo muitas mulheres que buscam por seus erros quando algo se desvia do esperado (RITTI, 2013). A seguir, no relato de Aline, com uma questão formulada por sua equipe de trabalho, podemos perceber como a mãe é responsabilizada:

Como assim essa mãe nunca acordou? Parecia que ela também não permanecia em casa todos os dias, e depois [veio a] suspeita até que tinha um acordo aí, entre esses adultos. A mãe saía e o pai ficava, e ela fingia que não sabia que poderia estar acontecendo alguma coisa (Aline).

Podemos pensar, nesse caso e diante dessas suspeitas, que da mãe se espera a vigilância, o cuidado e a denúncia e, nessa relação de gênero, do homem já é esperada uma atitude de abuso e, portanto, ele precisa ser vigiado. Assim, a falta da mãe é facilitadora da violência e ela poderá ser cobrada por isso. E pode, sim, sentir medo e culpa quando, em seu próprio lar, sua criança sofre violência. Entretanto, mesmo diante de seus medos, as mães citadas nos relatos buscaram a escola, talvez como o lugar mais acolhedor para seus problemas com relação às crianças, ou o mais próximo delas. Estariam buscando apoio, compreensão, orientação? Seja qual for o motivo, essa busca nos possibilita inferir quanto à importância do preparo da escola para receber esses casos dando a eles um caminho favorável e buscando um estado de compreensão com a aflição materna a fim de não aumentar na mãe o medo e o possível sentimento de culpa.

A partir das entrevistas, é possível pensar também nos encaminhamentos dados pelas escolas, nos cuidados oferecidos às vítimas de violência e no prosseguimento dos casos:

Após o momento do relato, que ocorreu ao final do horário das aulas, comecei a entrar em contato com algumas pessoas que pudessem me orientar de alguma maneira: outros professores, pessoas ligadas a trabalhos relacionados aos direitos das mulheres e psicólogos. Contatos esses informais, porém positivos. Eu disponibilizei alguns contatos que consegui para a mãe. Conversei com a aluna, com quem tinha uma relação próxima, pedi a ela que me contasse o que aconteceu. Ela contou [com o passar da semana] Eu soube por outra professora que ela estava contando o ocorrido para diversas pessoas com muita ‘naturalidade’, causando estranhamento nas pessoas. Sabendo disso, a procurei novamente para orientar que só contasse para pessoas adultas e de confiança dela e de sua mãe, como forma de proteção (Marcela).

Alguns casos mais preocupantes encaminhamos para o Setor de Mediação da Secretaria de Educação e para especialistas como psicólogos, por exemplo [...]. O fato é que, por mais que estejamos atentas a atitudes ou situações que possam demonstrar indícios de que algo possa estar acontecendo com a criança, nunca chegamos a ter uma certeza e, com isso, temos poucas condições para intervir de modo mais incisivo. Encaminhamos o caso a um Setor de Mediação da

Secretaria de Educação para que nos auxiliasse nesta situação. Este setor chamou a mãe, acompanhou o caso por um tempo e, tendo a situação normalizado, deu alta à família. Durante muito tempo monitoramos a família e a criança (Zilda).

Enquanto não sabíamos se nossas suspeitas procediam, passamos a acompanhar mais de perto a aluna, principalmente por meio da professora da turma. Logo que soubemos pelo CREAS que a aluna realmente sofria abuso, passamos a tentar, em vão, mais contato com a família. Como nossa denúncia foi anônima seguindo orientação do CREAS, nunca tocamos no assunto com a mãe. Nós tentamos nos aproximar alegando questões pedagógicas, mas, o fato é que depois que os/as agentes do CREAS passaram a atuar junto à família, esta se distanciou ainda mais da escola (Carlos).

No primeiro caso, observamos a necessidade que a professora teve de buscar outros contatos, como demais professoras/es da escola, pessoas que trabalham com direito das mulheres e psicólogos. Outro encaminhamento, no segundo caso, se refere ao Setor de Mediação da Secretaria de Educação que possui outros/as profissionais, como psicólogos/as, por exemplo, que auxiliam e acompanham a família e a escola. Constantina Xavier Filha (2012) afirma que a violência sexual contra crianças necessita de uma perspectiva multidimensional, com aspectos conceituais, legais, pedagógicos, psicológicos, sociais, culturais, históricos, entre outros, visto que se trata de um fenômeno de muita complexidade. Nesse sentido, podemos entender a escola como inserida nesse contexto multidisciplinar e, portanto, deveria estar preparada para o tratamento dos casos que a ela chegarem. Mas será que isso ocorre?

Os relatos nos possibilitam inferir que os encaminhamentos e tentativas das escolas na resolução dos casos se dão de forma imediata, movidos pela preocupação de alguns/algumas profissionais. As escolas atuam em um primeiro momento e não apresentam continuidade diante da situação de violência sofrida pela criança. Também não oferecem maiores cuidados ou um trabalho efetivo que possa fazer diferença no que diz respeito à transformação dessa realidade, como, por exemplo, um acolhimento mais expressivo às crianças ou um conjunto de ações já pensadas – políticas internas com definição de caminhos a seguir ou incentivos à formação continuada – e que possam trazer um mínimo de segurança às/aos profissionais. Por que será que isso acontece? Seria por despreparo dos/as profissionais? Seria por medo? Que limitações envolvem o processo em sua continuidade?

Pode-se pensar que esses/as profissionais que estão no cotidiano escolar estão constantemente sujeitos/as a se depararem com situações de violência sexual contra crianças. Xavier Filha (2012) afirma que a violência é tida na atualidade como um grave problema de saúde pública e de desrespeito aos direitos humanos.

Para entendê-la, dispensam-se explicações simplistas ou lineares por se tratar de um fenômeno complexo e dinâmico, social e histórico, já que seu espaço de criação e desenvolvimento é a sociedade em sua relação entre sujeitos. A violência, portanto, deve ser compreendida como produto de um sistema complexo de relações, historicamente construído e multifacetado, que envolve diferentes realidades de uma sociedade (familiar, social, econômica, ética, jurídica, política etc.), situadas numa cultura e permeadas por valores e representações (XAVIER FILHA, 2012, p. 135).

Diante disso, a autora observa que se trata de um assunto que precisa ser aprofundado e constantemente discutido por esses/as profissionais. Pensamos que isso pode implicar em atendimentos mais amplos aos casos que surgirem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 13, 56 e 245, orienta qual deve ser a conduta dos/as profissionais da educação diante de suspeita e/ou confirmação de casos de violência contra crianças e adolescentes, definindo o Conselho Tutelar como responsável por receber os encaminhamentos (BRASIL, 1990). Xavier Filha (2012) afirma que, apesar da existência dessa lei há duas décadas, seu teor não é conhecido por muitos/as educadores/as que, na maioria das vezes, não notificam os casos de violência ao Conselho Tutelar, infringindo o preceito da legislação.

Tendo em vista as situações apresentadas pelos/as entrevistados/as desta pesquisa, observamos que os encaminhamentos em relação aos casos de violência sexual tomado pelos/as educadores/as não passaram pelo Conselho Tutelar. Eles/as buscaram outras formas de encaminharem os casos. Por que será? Estamos aqui diante de um desconhecimento da lei? Ou seria descumprimento por descrédito em relação ao órgão?

A pesquisa nos aponta a denúncia anônima como uma possibilidade viável para dar prosseguimento aos casos de violência: “Os casos que chegam aqui, na maioria esmagadora são Disque 100³ ou Conselho Tutelar, que esgotam o que eles tinham que fazer e mandam para o juiz” (Aline).

Xavier Filha (2012) chama a atenção para o cuidado com a criança, principalmente no caso em que ela, por confiança, relata a violência a um/a professor/a. A autora destaca a importância de explicar a necessidade de dizer sobre a violência sofrida e, também, os desdobramentos que poderão ocorrer “de forma que ela não seja surpreendida com ações dos órgãos competentes e não se sinta traída em sua confiança” (XAVIER FILHA, 2012, p. 159). Esse cuidado também visa “possibilitar que ela participe das decisões quanto aos próximos passos a serem tomados, com clareza das implicações de cada um

³ Segundo o Balanço Ouvidoria: “O Disque Direitos Humanos é um importante canal de comunicação do Estado com a sociedade, disponível 24 horas, todos os dias, por meio do trídígito 100. As chamadas são gratuitas e podem ser originadas de qualquer terminal telefônico (fixo ou móvel), em todo o território nacional. Trata-se de serviço de utilidade pública, considerado o ‘pronto socorro’ dos direitos humanos, por meio do qual podem ser relatadas violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estejam em curso, essencial para se romper o ciclo de violência” (BRASIL, 2018, p. 6).

deles, sempre que a faixa etária e as condições psicológicas e cognitivas assim o permitam” (XAVIER FILHA, 2012, p. 159). Porém algumas preocupações existem com relação à formalização das denúncias.

No que se refere à escola quanto à possibilidade de denúncia anônima pelo Disque 100, eu acho que tem três coisas: a primeira é que se as escolas, os profissionais aparecerem pode correr risco de vida, serem machucados. A segunda é em relação à responsabilidade que esse profissional tem com a criança, dessa criança também não ser retirada da escola, dessa criança não ser punida, por exemplo, por ter dado indícios que fez com que alguém percebesse. E o terceiro é de manter a família por perto até conseguir ver o que está acontecendo, porque acaba que a escola em muitos momentos, ela é parceira (Aline).

Notamos que as inseguranças apresentadas se relacionam com a conservação da integridade física ou da vida dos/as próprios/as educadores/as e/ou da criança que poderá ser punida ou, ainda, ser afastada da escola por revelar a violência. Existe ainda a preocupação com o afastamento da família, também demonstrada por Carlos em fala anterior. São sentimentos legítimos e que objetivam o bem da criança envolvida, mas ao mesmo tempo, inibindo a denúncia, tornam a situação mais complexa por criarem entraves ao tratamento dos casos pelos órgãos competentes. Entendemos que a escola não pode se silenciar diante desses casos a fim de não compactuar com a violência e de respeitar a lei que prescreve zelar pelos direitos da criança. Nesse sentido, pensamos que o Disque 100, que vem sendo usado pela escola, mesmo que impossibilite um jogo claro entre a instituição e a criança violentada, seja uma estratégia para resguardar o anonimato das denúncias e promover sigilo com relação à participação da escola que, dessa forma, poderia atuar efetivamente em casos de suspeita e de confirmação de violência contra a criança.

Discutir relações de gênero e sexualidades nas escolas: dificuldades, desafios e necessidade

A discussão das relações de gênero e sexualidades no ambiente escolar é um movimento desafiador. “Representa um ato político” (CASTRO, 2012, p. 59). Promover o cuidado e abarcar discussões no que se refere à violência que está presente na sociedade é uma tarefa complexa, mas importante, na medida em que a escola se assume como espaço de contribuição para a transformação da sociedade. Britzman (2000) afirma:

O modelo de educação sexual exige muito das professoras e dos professores. Em primeiro lugar, elas e eles devem estar dispostos a estudar a postura de suas escolas e a ver como essa postura pode impedir ou tornar possíveis diálogos com outros professores e com estudantes. As professoras precisam perguntar como seu conteúdo pedagógico afeta a curiosidade do/a

estudante e suas relações com os/as estudantes [...]. Mas juntamente com a análise de por que a sexualidade é tão difícil de ser discutida no conteúdo escolar, deve também haver uma disposição de parte das professoras para desenvolver sua própria coragem política, numa época em que pode não ser tão popular levantar questões sobre o cambiante conhecimento da sexualidade (BRITZMAN, 2000, p. 80).

Nesse sentido, entendemos que tanto a escola, enquanto instituição, quanto cada profissional, precisam estar comprometidos com uma educação para além dos conteúdos e disciplinas convencionais, “das práticas ‘de sempre’, geralmente relacionadas majoritariamente a temas como ‘alfabetização’ e ‘leitura’, cujo enfoque e metodologia excluem qualquer discussão sobre as construções culturais e os atravessamentos de gênero e sexualidade na escola” (CASTRO, 2012, p. 59). Abarcar tais questões e cuidar das relações que desenvolvem com os/as educandos/as é tarefa que se faz necessária para a escola e para os/as docentes. Quanto a isso, o depoimento de Aline nos ajuda a pensar um pouco mais:

Eu acho que a criança não dá conta de dar esses indícios [violência sexual], esses indícios vão aparecer se o educador... aí vai depender muito do educador, o educador que se importa e que olha pra cada aluno, querendo saber.... A criança é muito vulnerável, ela não denuncia, ela não percebe que o carinho pode chegar a esse ponto (Aline).

Essa fala aponta para dificuldades das crianças em identificar e dizer sobre as violências que possam estar sofrendo, e também convida o/a educador/a a um olhar atento e um importar-se com a criança. Aline completa sugerindo que as crianças precisam ser observadas em seus comportamentos:

Então, assim, quando é uma coisa que acontece sempre, a criança tem esse traço de apatia, de desinteresse, de dormir, e de pedir muito para ir ao banheiro, inicialmente. Depois geralmente, a criança torna-se muito agressiva, uma criança que quer ganhar tudo no grito, que não vai aguentar, que vai transferir isso para as crianças que estão perto, que não vai ficar na sala de aula, que vai desrespeitar o professor... (Aline).

No que se refere a comportamentos das crianças e indícios de que ela possa estar vivenciando uma violência, Xavier Filha (2012) afirma que

em geral, a criança não expressa verbalmente o que está ocorrendo com ela, mas é possível observar mudanças em suas atitudes e comportamentos. Comumente, mostra-se agressiva, arredia, com medo; esquiva-se de contato físico com adulto; tem crise de choro, entre outras formas de dizer o que está se passando com ela. No entanto, estas expressões não são uniformes e universalizantes, daí a necessidade de um olhar atento às mudanças em cada criança (XAVIER FILHA, 2012, p. 151).

No entanto, a autora ainda aponta a dificuldade de muitas/os educadoras/es em identificar os

sinais que mostram que as crianças estejam sendo vítimas, bem como em iniciar com elas um diálogo a esse respeito. Isso nos faz questionar: como o/a professor/a poderia construir esse olhar e identificar as possíveis violências? Também possibilita inferir que, o fato de não identificar as violências, não significa, necessariamente, que ele/a não se importa com a criança. Talvez, o que precisamos pensar seja mesmo na preparação desses/as profissionais para lidar com tais situações.

Seguimos com o relato de Marcela ao receber de uma mãe a informação da violência sexual sofrida pela filha: “Eu fiquei assustada e não disse nada específico, apenas tentei confortá-la e colocá-la à disposição” (Marcela). Observa-se que existe uma tentativa de apresentar auxílio, conforto, acolhimento. Mas há também o susto, ou o não saber o que fazer. Já vimos que muitos/as profissionais da educação se sentem inseguros para a realização de denúncias, por se sentirem desprotegidos/as em relação ao agressor. Essa insegurança, somada a outras condições emocionais, culturais e conhecimentos teóricos insuficientes, torna alguns/as desses/as profissionais impotentes diante de casos de violência contra a criança e inseguros ou desconfortáveis para trabalhar com os temas das sexualidades e das relações de gênero. Afinal,

são anos e anos de adestramento em que a sexualidade vem sendo vigiada e normatizada. Nossa herança cultural deixou impregnadas em nossos corpos as relações entre o pecado e a carne; o sexo e a sexualidade restritos à genitalidade. A imposição de limites, de penalidades, de culpas reduziu a sexualidade ao que pode, ao que não pode; ao que é adequado e ao que é inadequado; ao que é normal e ao que é patológico (CAMARGO; RIBEIRO, 1999, p. 141).

Lidar com essas questões pode significar lidar com as próprias ansiedades, desafiar as próprias crenças (BRITZMAN, 2000), além do confronto com a desinformação.

Xavier Filha (2012) discute que a fragilidade na proteção à criança é comumente denunciada pelos/as educadores/as. No entanto, o que se percebe é que a escola também não se vê como integrante da rede de proteção à criança, embora toda a instituição escolar deva atuar efetivamente em casos de suspeita e de confirmação de violência contra seus/suas alunos/as. Assim, a autora afirma a importância de cursos de formação docente que incluam nos currículos as discussões sobre relações de gênero e sexualidades e os desafios impostos às instituições nesses casos. Essa é a forma que se tem para capacitar os/as docentes para o enfrentamento das situações com as quais poderão se deparar na vida profissional. Além disso, a escola poderia viabilizar a criação de programas dentro da instituição que possam se utilizar de propostas para o trabalho com as questões das relações de gênero e sexualidades e também contribuir efetivamente para a prevenção e percepção das violências e para o cuidado com

crianças violentadas.

Quando foi indagado aos/as entrevistados/as a respeito da existência de programas e projetos voltados para discussão de relações de gênero e sexualidades nas escolas, percebemos que nenhuma das escolas pesquisadas possui programa/projeto voltado especificamente para a discussão de sexualidades, relações de gênero e violência: “Para crianças, não tínhamos” (Carlos); “Não [não tem]” (Marcela). Apenas Zilda afirma que acontece um trabalho, porém atrelado ao conteúdo de ciências e a temáticas mais generalizadas de cuidado de si e do outro, “mas não de forma direta em um projeto específico” (Zilda):

A escola tem um trabalho junto às crianças do 4º e 5º ano, atrelado ao conteúdo de ciências, no qual trata o corpo humano e, ao abordar os aparelhos reprodutores, trabalha-se educação sexual e reprodutiva. Para este trabalho os pais são avisados e autorizam por escrito. A professora que desenvolve este conteúdo tem muita facilidade em dialogar com os adolescentes e consegue esclarecer muitas dúvidas a partir das curiosidades dos mesmos, consegue um papo aberto, trabalhando o cuidado de si e do outro. No mais, a escola desenvolve temas geradores por trimestre. Este ano o tema geral é ‘Cuidar e Educar’. No primeiro trimestre este cuidar e educar se refere ao ‘eu’, ao cuidar de si próprio, sua identidade, sua sensibilidade, seu corpo. No segundo trimestre seria o cuidar/educar do outro, seguindo a mesma linha da abordagem do trimestre anterior, e no último trimestre o cuidar uns dos outros. Nessa organização de nosso planejamento as professoras são orientadas a desenvolverem a temática deste cuidar de si e dos outros, abordando, inclusive as questões do corpo e nisso o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro. Portanto, transversalmente trabalhamos as questões do corpo e da sexualidade, mas não de forma direta em um projeto específico (Zilda).

Xavier Filha (2012) afirma que a escola poderia ser a instituição com condições de romper com o círculo de silêncio e violência, uma vez que o/a agressor/a está na família. Nesse sentido, sugere que sejam propiciados espaços por meio de projetos e programas para que as próprias crianças possam dialogar e se pronunciar sobre abusos e violências cotidianamente presentes na mídia e/ou por elas próprias sofridos para se adotarem condutas de autocuidado e proteção. Para esses espaços, a exibição de filmes e momentos lúdicos poderiam ser priorizados a fim de que as crianças pudessem se sentir mais descontraídas para se expressarem. As propostas de Britzman (2000) seguem essa mesma direção.

Todavia, a implementação desses espaços passa por outros problemas que não sejam as dificuldades com a formação docente e envolvimento institucional, como temos discutido até aqui. Xavier Filha (2012) afirma que, ainda hoje, as famílias apresentam posicionamentos contrários ao trabalho com relações de gênero e sexualidades nas escolas com seus/suas filhos/as. Tal questão aparece em uma das falas de Zilda:

Considero de fundamental importância, porém, ainda percebo muito despreparo das professoras para tal abordagem [relações de gênero e sexualidades] e, sobretudo nos últimos tempos, uma rejeição muito grande das famílias em aceitar este trabalho. Sobretudo nos últimos tempos, com o acirramento dos discursos da escola sem partido, dos grupos de direita que estão tentando encurralar os professores que discutem gênero e sexualidade na escola, tudo ficou ainda mais complicado (Zilda).

A partir daí, podemos pensar em tentativas de dominação, seja por parte das famílias ou de grupos conservadores que rejeitam a discussão das relações de gênero e sexualidades. Essas tentativas se apresentam como um desafio que deveria mobilizar as escolas a inserirem essas temáticas em seus programas mostrando resistência (FOUCAULT, 2006, 2009), principalmente no momento atual com uma onda de conservadorismo político, moral e religioso que se apresenta como prejudicial ao trabalho de promoção de cuidado e prevenção à violência sexual contra crianças e à efetivação de políticas públicas relacionadas: “Uma atitude crítica e o compromisso com as crianças de qualquer faixa etária não podem mais excluir a Educação Sexual das propostas político-pedagógicas da escola” (CAMARGO; RIBEIRO, 2009, p.142).

Finalizando essas reflexões, apontamos para uma questão que surgiu das respostas às entrevistas e que destaca a necessidade de diálogo entre a escola e outros setores que compõem a rede de proteção à criança para troca de experiências, construção de conhecimentos e criação de possíveis parcerias e soluções:

A escola poderia se tornar este espaço [de promoção, cuidado], no entanto, ainda não estamos preparados de fato, para este trabalho. Ainda há muito melindre no trato dessas questões e um receio muito grande de agir de modo não satisfatório diante das situações que possam se apresentar. Para que a escola se torne este espaço, as discussões sobre gênero e sexualidade devem ser colocadas como questões centrais na escola. A formação inicial, continuada e em contexto devem abordar estas questões. E as escolas necessitariam de um trabalho conjunto com outros profissionais, tais como psicólogos e assistentes sociais, além de um trabalho em rede junto às UBS⁴, CAPS⁵, Conselho Tutelar e Vara da Infância (Zilda).

[...] mas falta muito investimento, diálogos entre a rede, entre setores, diálogo entre o judiciário e a educação, diálogo com a equipe de saúde e educação, entre judiciário, saúde e educação, comunidade [...] aqui trabalhamos com acúmulo de processo, [...] a ponto de ver pessoas adoecerem aqui, por conta de tanta preocupação, de tanta coisa grave, não conseguir fazer um estudo [...] então acho que falta isso: investimento de ter mais pessoas nessa área, valorização profissional, contratação de pessoas (Aline).

Diante do que nos trouxe a pesquisa, concordamos com a importância do fortalecimento dessa

⁴ Unidade Básica de Saúde.

⁵ Centro de Atenção Psicossocial.

rede para qualificar a promoção dos cuidados necessários às crianças vítimas da violência sexual, contudo, são muitos os desafios. Esses desafios parecem passar pelo investimento em contratação de pessoal nos diversos setores, como os citados nos relatos. Passam também pela capacitação dos/as profissionais que lidam com as crianças e suas famílias. E essa capacitação não pode prescindir da construção de conhecimentos em relações de gênero e sexualidades.

Considerações finais

Diante dos estudos bibliográficos e entrevistas analisadas na temática proposta neste trabalho e sem qualquer pretensão de generalização em relação aos problemas aqui apresentados, apontamos para a dificuldade em se concluir sobre o protagonismo da escola na prevenção, promoção de cuidado e denúncia no que diz respeito à violência sexual contra a criança. Os casos existem, chegam à escola, mas ainda há o medo da denúncia por parte dos/as professores/as, medo este que pode estar atrelado ao contexto social de inserção da escola, da família e comunidade no que se refere à proteção do/a profissional e da própria criança. Assim, uma saída tem sido a realização dessas ações por meio institucional, na busca por assegurar a segurança e autonomia dos/as docentes. O Disque 100 tem sido uma solução que viabiliza a denúncia dos casos de violência mantendo o anonimato de quem denuncia. Podemos suspeitar que este deva ser o principal caminho procurado pelas escolas e docentes. No entanto, ao mesmo tempo em que busca a proteção da criança e garante o sigilo das identidades dos denunciantes, impossibilita a escola de aparecer nas estatísticas como protagonista das denúncias e cuidados.

Apesar da dificuldade apresentada, podemos entender a instituição escolar como o lugar que pode proporcionar, por meio de programas e/ou projetos, prevenção e cuidado no que se refere à violência, pois nela, a criança permanece por muitas horas, cria vínculos e pode expressar a violência sofrida por diferentes formas, possibilitando, assim, o trabalho. Não obstante, os/as profissionais das escolas pesquisadas apontaram para a ausência de programas específicos para a discussão de relações de gênero e sexualidades, embora também trouxessem o aparecimento de casos de violência com algumas tentativas de solução ou amenização mesmo na ausência desses programas. Tal ausência pode estar relacionada à falta dessas discussões nos cursos de formação de docentes que necessitam revisar seus currículos para assegurar aos profissionais os conhecimentos que possibilitem a incrementação de espaços escolares que proporcionem maior cuidado às crianças violentadas, além de ajudá-las a

identificar as relações em que a violência esteja presente, e – quem sabe? – possibilitar resistências (FOUCAULT 2006; 2009) e escapes que evitem a concretização do ato. Nesse caso, importa lembrar a necessidade do conhecimento das leis que podem orientar esses profissionais na escolha dos caminhos a seguir, caso se deparem com alunos/as em situação de violência sexual.

Diante disso, identificamos a importância de se pensar o atual contexto social e político em que estamos situados. Lidamos com o avanço de uma onda de conservadorismo nos vários segmentos sociais e muitas famílias têm se apresentado arredias quanto a temáticas que envolvam relações de gênero e sexualidades. Além disso, a ala conservadora do atual governo brasileiro se opõe enfaticamente a esse trabalho nas escolas, produzindo grandes empecilhos para avanços nesse sentido. Pensamos que esse tipo de entrave impacta diretamente, e de forma negativa, na atuação frente aos inúmeros casos de violência sexual contra crianças, assim como na formação de profissionais inseridos no ambiente escolar, além de dificultar a efetivação de políticas públicas que atuem no sentido de diminuir os casos e amenizar os efeitos desse tipo de violência que atinge a infância.

As discussões referentes às relações de gênero e sexualidades, por fazerem emergir e tratar das relações sociais, levam a discutir a família, as relações de poder que envolvem homens, mulheres, crianças, a construção social das masculinidades e feminilidades, a naturalização de comportamentos sexuais agressivos no homem, o controle do corpo feminino, a heteronormatividade – que trata como desviante outras formas de exercício da sexualidade que não sejam aquela entre um homem e uma mulher –, a masculinidade hegemônica, entre outras questões. Essas discussões questionam a ordem moral, ética, política e social da sociedade, questionam valores, incitam mudanças. Por tudo isso, tais discussões justificam-se como necessárias para (re)pensar as relações, perceber as violências, possibilitar caminhos que possam modificar as relações de poder e possibilitar a formação de uma outra cultura e sociedade.

Dessa forma, a escola e os cursos de formação de docentes necessitam resistir a esse conservadorismo, enfrentar os desafios, buscar conhecimentos e promover uma docência mais ampla. Essas ações devem ter por objetivo assegurar às crianças ambientes confiáveis, acolhedores e seguros, em que possam se expressar e ser compreendidas, a fim de construírem meios para o autocuidado, reconhecendo as formas possíveis de proteção e a necessidade de buscar ajuda.

Referências

AMORIM, Sandra Maria Francisco de. Violência contra criança e adolescente e o papel da escola. *In*: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 167-188.

BBC Brasil, São Paulo. **Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças, por Letícia Mori.** 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-43010109>. Acesso em: 08 maio 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 junho de 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanco Ouvidoria.** 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf>. Acesso em: 26/06/2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Balanco disque 100.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In:* LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 83-111.

CAMARGO, Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como um tema transversal.** São Paulo: Moderna, 1999.

CASTRO, Roney Polato de. Os caminhos do projeto “Tecendo...” em Juiz de Fora (MG): percursos e percalços. *In:* RIBEIRO, Cláudia Maria (Org). **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil.** Lavras: UFLA, 2012. p. 58-66.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade.** São Paulo: SOF, 1997.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, jan./jun., p. 201-223, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In:* RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 17. ed. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza;

GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-29.

RITTI, Rosalinda C. Oliveira. “Todo dia eu penso: Meu Deus, onde foi que eu errei?”: os desafios de ser mãe na periferia. *In: Reunião anual da ANPED*, Goiânia, v. 36, 2013. Disponível em:

http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdf/gt23_2615_texto.pdf.

Acesso em: 25 mar. 2020.

SILVA, Kelly da. **Currículo e Gênero: a sexualidade na formação docente**. Curitiba: Appris, 2015.

XAVIER FILHA, Constantina. Violência sexual contra crianças: ações e omissões nas/das instituições educativas. *In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias*. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 131-165.